

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ: 01.522.368/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	13



Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Negócios

As operações do Banco concentraram-se na oferta de soluções às necessidades dos clientes corporativos e institucionais por meio da sua plataforma de CIB (Corporate & Institutional Banking) colocando, para tanto, à disposição a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. O Banco mantém sua participação no capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país. Além disso, o Banco Central do Brasil aprovou, em 1 de agosto de 2023, a incorporação do Banco Cetelem S.A. pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. com todos seus ativos e obrigações, sendo que a partir desta data, o Banco passou a atender também as atividades relacionadas a financiamentos para pessoas físicas (varejo) e demais contratos firmados com o Banco Cetelem S.A..

Gestão de Pessoas

O Banco mantém programas de desenvolvimento profissionais tais como: auxílio para aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais; programas de formação de liderança; Graduates (programa de trainees para recém-formados); vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos; e, patrocínio do Dn'A Women, programa inovador e que completou sua quinta edição em 2023, de formação de mulheres para o mercado financeiro em conjunto com outros bancos internacionais. O Banco também lançou a Cartilha de Diversidade, Equidade & Inclusão como parte da sua missão de atuar ativamente na construção de um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo. Pelo terceiro ano consecutivo, o BNP Paribas recebeu o selo Top Employer emitido pelo Top Employer Institute.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu ao Banco apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, advisory em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o exercício de 2023 com lucro líquido de R\$59 milhões de reais versus R\$254 milhões no exercício de 2022, redução causada primordialmente pelos efeitos da incorporação do Banco Cetelem, em 1 de agosto de 2023. A posição de capital do banco permanece sólida frente aos riscos da instituição, enquanto suas linhas de negócio seguem firmemente o plano estratégico de crescimento no país.

Transações ESG Compromissos Socioambientais

O Grupo BNP Paribas, globalmente e no Brasil, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente e se destaca por uma atuação forte e pioneira em financiamento sustentável. Em 2023 fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades legais do Grupo BNP Paribas na América Latina, pelo segundo ano consecutivo como o melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis pelo Euromoney Awards for Excellence. A Euromoney reconheceu os compromissos sociais do BNP Paribas, com a redução gradual das operações de financiamento à exploração de petróleo e gás na Amazônia, ao mesmo tempo em que reforçou suas diretrizes em relação à proteção das florestas e a biodiversidade da região amazônica. Destaca-se também que o Banco atuou em inúmeras transações relacionadas ao financiamento sustentável, alinhado com a decisão do Grupo BNP Paribas de promover a transição para uma economia de baixo carbono.

Ouvidoria

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes foram todos resolvidos dentro do prazo regulatório.

O Banco BNP Paribas Brasil S.A., por meio de sua Diretoria, agradece aos seus clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram ao Banco alcançar os resultados apresentados em suas demonstrações financeiras relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria



Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.
e empresas controladas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

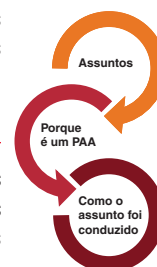
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas de operações de crédito

Conforme divulgado nas Notas 3(d)(vi) e 11, a estimativa de perda esperada de operações de crédito, considerando os requerimentos do IFRS 9, envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Desta forma, essa área continua sendo considerada como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos a atualização do entendimento do processo desenvolvido pelo Banco para análise e avaliação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de perda esperada, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados à: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração e (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação dos créditos.

Consideramos que as premissas e critérios utilizados pela administração na mensuração e registro da provisão para perdas esperadas de operações de crédito requerida pelo IFRS 9, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.



Porque é um PAA

Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

Conforme divulgado nas Notas 3(d)(v) e 7, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis.

Continuamos considerando essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos.

Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração do valor justo de acordo com práticas de mercado e requerimentos das normas do IFRS em relação à metodologia e dados de mercado utilizados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- valiamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.754.903	4.840.109
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Instrumentos de dívida	6	14.548.317	5.809.247
Derivativos	7	5.330.713	4.217.175
Operações de crédito a instituições financeiras	10	5.089	5.221.970
Operações de crédito a clientes	11	3.864.954	105.843
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos de dívida	9	3.973.798	3.036.393
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Instrumentos de dívida	6	1.415.498	4.983.040
Operações de crédito a instituições financeiras	10	313.641	1.677.848
Operações de crédito a clientes	11	8.113.975	8.584.493
Outros ativos financeiros	15	492.656	464.389
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	1.183.284	686.440
Ativos tributários correntes	12	36.054	20.063
Outros ativos	16	1.039.766	717.140
Ativos imobilizados	13	84.567	92.566
Ativos intangíveis	14	25.646	12.982
TOTAL DO ATIVO		<u>45.182.861</u>	<u>40.469.698</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros	6	11.404.281	6.854.892
Derivativos	7	2.756.135	2.969.695
Depósitos de clientes	19	493.133	379.020
Títulos de dívida emitidos	20	552.675	875.205
Obrigações por empréstimos e repasses	21	7.296.715	6.924.145
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	18	1.532.296	1.416.502
Depósitos de clientes	19	11.915.012	11.443.754
Títulos de dívida emitidos	20	753.354	2.222.606
Obrigações por empréstimos e repasses	21	2.268.485	2.459.467
Provisões			
Provisões para processos judiciais e administrativos e outras provisões	22	942.855	645.760
Provisões para perdas esperadas	22	5.538	7.647
Obrigações fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	12	1.979	83.508
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	299.854	169.470
Dividendos		2.941	13.200
Outros passivos	23	945.896	554.281
TOTAL DO PASSIVO		<u>41.171.149</u>	<u>37.019.152</u>
Capital social		2.755.679	1.754.606
Reserva de lucros		1.158.260	1.749.761
Lucros acumulados		32.130	13.709
Outros resultados abrangentes acumulados		54.736	(78.408)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	24	<u>4.000.805</u>	<u>3.439.668</u>
Participações de acionistas não controladores		10.907	10.878
Total do patrimônio líquido		<u>4.011.712</u>	<u>3.450.546</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>45.182.861</u>	<u>40.469.698</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 8



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas de juros e similares	25	3.466.285	3.044.074
Despesas de juros e similares	25	(2.629.456)	(2.251.230)
Receita líquida de juros		836.829	792.844
Perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes	11	(66.960)	60.584
Margem financeira após as perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes		769.869	853.428
Receitas de serviços e comissões	26	553.708	597.032
Despesas de serviços e comissões	26	(155.205)	(53.064)
Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros	27	(382.133)	(268.939)
Resultado de variação cambial	28	522.234	106.534
Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29	(83.896)	(58.200)
Outras receitas operacionais	30	175.174	63.543
Receita líquida/margem operacional		1.399.751	1.240.334
Despesas de pessoal	31	(658.174)	(613.260)
Depreciação e amortização	13, 14 e 32	(31.652)	(23.955)
Outras despesas operacionais	33	(696.730)	(326.055)
Lucro líquido operacional antes de imposto de renda e contribuição social		13.195	277.064
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(5.907)	(76.770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	51.449	53.499
Lucro líquido		58.737	253.793
Atribuível:			
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		57.624	252.709
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		1.113	1.084

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido	58.737	253.793
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	133.388	2.212
Variação de valor justo	95.740	53.770
Ganhos/(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	146.584	(49.749)
Efeito fiscal	(108.936)	(1.809)
Outros resultados abrangentes do ano	133.388	2.212
Total do resultado abrangente	192.125	256.005
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	191.012	254.921
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	1.113	1.084

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 10



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.754.606</u>	<u>1.498.966</u>	<u>(80.620)</u>	<u>24.995</u>	<u>3.197.947</u>	<u>10.941</u>	<u>3.208.888</u>
Total do resultado abrangente							
Lucro do exercício	-	-	-	252.709	252.709	1.084	253.793
Outros resultados abrangentes	-	-	2.212	-	2.212	-	2.212
Destinações:							
Reserva legal	-	13.200	-	(13.200)	-	-	-
Reserva estatutária	-	237.595	-	(237.595)	-	-	-
Transações com acionistas							
Dividendos	-	-	-	(13.200)	(13.200)	(1.147)	(14.347)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.754.606</u>	<u>1.749.761</u>	<u>(78.408)</u>	<u>13.709</u>	<u>3.439.668</u>	<u>10.878</u>	<u>3.450.546</u>
Ajuste no patrimônio - incorporação Banco Cetelem	1.001.073	(491.999)	(244)	-	508.830	-	508.830
Total do resultado abrangente							
Lucro do exercício	-	-	-	57.624	57.624	1.113	58.737
Outros resultados abrangentes	-	-	133.388	-	133.388	-	133.388
Destinações:							
Reserva legal	-	2.941	-	(2.941)	-	-	-
Reserva estatutária	-	52.948	-	(52.948)	-	-	-
Transações com acionistas							
Dividendos	-	(135.764)	-	(2.941)	(138.705)	(1.084)	(139.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.755.679</u>	<u>1.177.887</u>	<u>54.736</u>	<u>12.503</u>	<u>4.000.805</u>	<u>10.907</u>	<u>4.011.712</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	NOTA	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo líquido ajustado		(112.216)	(55.557)
Lucro líquido antes dos impostos		13.195	277.064
Depreciações e amortizações	32	31.652	23.955
Atualização monetária de outros ativos		(54.450)	(42.560)
Perdas líquidas por "impairment" em operações de crédito a clientes / Garantias		64.851	(54.387)
Ajuste ao valor de mercado - Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		(496.419)	(206.947)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos mensurados ao valor justo		81.154	(67.864)
Provisão de participações nos lucros		175.115	185.668
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais		64.488	44.772
Receitas de prestações de serviços não recebidas / Provisão outros		13.001	(220.258)
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(4.803)	5.000
		(158.659)	1.650.585
Variação de Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução em Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo	6	(6.006.370)	(7.546.716)
(Aumento) Redução em Ativos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	7	(2.253.036)	(1.754.871)
(Aumento) Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	10	6.697.286	1.050.835
(Aumento) Redução em Operações de crédito a clientes	11	(3.355.553)	4.429.530
(Aumento) Redução em Outros ativos	15 e 16	(186.633)	452.839
Aumento (Redução) em Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	6	5.266.851	4.805.524
Aumento (Redução) em Passivos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	7	844.784	370.907
Aumento (Redução) em Depósitos de instituições financeiras e depósitos de clientes	18 e 19	701.165	741.614
Aumento (Redução) em Títulos de dívida emitidos	20	(1.813.021)	165.845
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	21	143.800	(497.258)
Aumento (Redução) em Provisões para ações judiciais	22	230.678	(4.568)
Aumento (Redução) em Outros passivos	23	(393.746)	(508.561)
Imposto de renda e contribuição pago		(34.864)	(54.535)
		(270.875)	1.595.028
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativos imobilizados	13	(16.407)	(16.750)
Recursos da venda de ativos imobilizados	13	487	221
Aquisição de ativos intangíveis	14	(21.284)	(3.133)
Recursos da venda de ativos intangíveis	14	887	142
		(36.317)	(19.520)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	6	(138.453)	20.270
Ajuste no Patrimônio - Incorporação Cetelem	24	508.830	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(153.194)	(119.000)
		217.183	(98.730)
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa			
		4.803	(5.000)
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa			
		(85.206)	1.471.778
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5	4.840.109	3.368.331
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5	4.754.903	4.840.109

Informações complementares à demonstração consolidada do fluxo de caixa

Juros recebidos: R\$12.366.532 em 2023 e R\$12.463.639 em 2022

Juros pagos : R\$13.396.553 em 2023 e R\$12.427.519 em 2022

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 12



BNP PARIBAS

**O banco
para um mundo
em mudança**

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e de investimento.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a., as Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., BGN Mercantil e Serviços Ltda. e BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior ("Grupo").

Em 1º de Agosto de 2023, o Diário Oficial da União publicou a aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN sobre a incorporação do Banco Cetelem S.A.

O Banco Cetelem S.A. concentrava a área de Personal Finance com um amplo portfólio de cartões dos maiores varejistas do país e soluções de financiamento para pessoas físicas, que passa a ser agora uma unidade de negócios do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

2. Bases de preparação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards*" - "IFRS"), conforme aprovado pelo "*International Accounting Standard Board*" ("IASB") e atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Balanço Patrimonial é apresentado em ordem de liquidez.

b. Normas e interpretações

b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023

Alterações da IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros - Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não houve impactos materiais para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

Alterações na IAS 12 - Impostos sobre a Renda - Requer que o arrendatário reconheça impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, conforme legislação fiscal "Pillar Two Model Rules" - Introduz uma exceção temporária ao reconhecimento de impostos diferidos oriundos do "Pillar Two Model Rules" emitidos pela organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), da qual o Brasil não é membro efetivo. Esta alteração é efetiva para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não houve impactos materiais para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil. Para os exercícios futuros, o Grupo BNP Paribas Brasil continuará acompanhando a implantação do "Pillar Two Model Rules" nos países em que suas controladas atuam.

Alterações na IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.

b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Alterações na IAS 1 - Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais ("*Covenants*") que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com "*Covenants*" classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na



data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

Em particular, informações sobre incertezas em estimativas de áreas significativas e julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis que possuem o maior efeito significativo nos saldos registrados nas demonstrações financeiras estão descritas na nota abaixo.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- Imposto de renda e Contribuição social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na nota explicativa 12.

- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3. (d) v.

- Provisão para "impairment"

O Grupo revisa periodicamente as perdas por "impairment" reconhecidas para cobrir risco de crédito inerentes à atividade de intermediação bancária, conforme divulgado na nota explicativa 3. (d) vi.

- Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na nota explicativa 3. (k).

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

<u>Empresas</u>		<u>País de origem</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Método de consolidação</u>
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	Integral
• BGN Mercantil e Serviços Ltda.	Controlada	Brasil	100,00%	Integral

i. Escopo da Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas devem incluir:

• Controlada

São classificadas como controladas as empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.

• Entidade de propósito específico (EPE)

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e conseqüentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtém benefícios das operações da EPE;
- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras



de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;

- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e conseqüentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o fundo BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior se encaixa na definição de EPE e está sendo consolidado integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco.

ii. Principais procedimentos de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados, assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPE.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.

iii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto a EPE descrita na nota explicativa 3 (a) i.

b. Moeda estrangeira

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõem o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

ii. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado; e a variação cambial de operações de crédito a clientes e obrigações por empréstimos e repasses, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de variação cambial.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Ativos e Passivos financeiros

De acordo com o IFRS 9, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado;
- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



i. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles mensurados ao valor justo no resultado e por meio de outros resultados abrangentes, são inicialmente reconhecidos na data da transação para o IFRS pelo seu valor justo. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expiram, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

ii. Baixa

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

iii. Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.

v. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado consideraram na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testa para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas Demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornam-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos "inputs" usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.



O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

	Preços de mercado cotados em mercados ativos (nível 1)	Técnicas de valorização - dados observáveis (nível 2)	Total 2023	Total 2022
31/12/2023				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos de dívida	11.576.255	2.972.062	14.548.317	5.809.247
Derivativos	-	5.330.713	5.330.713	4.217.175
Operações de crédito a instituições financeiras	-	5.089	5.089	5.221.970
Operações de crédito a clientes	-	3.864.954	3.864.954	105.843
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos de dívida	3.973.798	-	3.973.798	3.036.393
Total	15.550.053	12.172.818	27.722.871	18.390.628
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado				
Passivos financeiros	6.395.246	5.009.035	11.404.281	6.854.892
Títulos de dívida emitidos	-	552.675	552.675	875.205
Derivativos	-	2.756.135	2.756.135	2.969.695
Depósitos de clientes	-	493.133	493.133	379.020
Obrigações por empréstimos e repasses	-	7.296.715	7.296.715	6.924.145
Total	6.395.246	16.107.693	22.502.939	18.002.957

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos e Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.



vi. Identificação e mensuração de "impairment"

A provisão de Perdas esperadas (PE) é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE 12 meses).

A PE 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Grupo estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

O Grupo calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo;
- Exposição no momento da inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados; e
- Perda dada a inadimplência ("*Loss given default*" - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

As perdas esperadas de ativos contabilizados pelo custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos financeiros continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento, porém, enquanto os ativos estiverem classificados no estágio 2, isso ocorrerá pela base bruta e após o estágio 3, pela base líquida. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "impairment" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

vii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

i. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

O Grupo optou por divulgar os Derivativos (nota explicativa 3.d.viii) em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado.

ii. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.

viii. Derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.



Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de “*hedge*” são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção “*hedge*” ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção está dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

As relações de “*hedge*” são classificadas nas seguintes categorias:

i. “*Hedge*” de valor justo

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desde ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. “*Hedge*” de fluxo de caixa

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrer, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em Outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam designações de derivativos para “*hedge*” de fluxo de caixa.

iii. “*Hedge*” de investimento líquido no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como “*hedge*” de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de “*hedge*” é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam designações de derivativos para “*hedge*” de investimento líquido no exterior.

ix. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

De acordo com o IFRS 9, os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ativos incluídos na categoria mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, Outros resultados abrangentes acumulados. Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. *Ativos não correntes mantidos para a venda*

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a “*impairment*”. A perda por “*impairment*” é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia ativos não correntes mantidos para a venda.



xi. Operações de crédito

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva dos juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídas no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.

Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização, são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

As transações de arrendamento mercantil em que o Grupo é o arrendador e para as quais todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são substancialmente transferidos para o arrendatário são classificadas como arrendamentos financeiros, e os recebíveis equivalentes ao investimento líquido são reconhecidos e apresentados como operações de crédito a clientes.

A eventual perda por "impairment" dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

xii. Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

xiii. Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. Emissão de títulos representativos de dívida

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio Grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.

e. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "impairment", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:



• Equipamentos de processamento de dados	5 anos
• Outros bens	10 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos ou pelo prazo do contrato

Os "Outros bens" são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações e sistemas de segurança.

f. Ativos intangíveis

i. "Software"

Os "softwares" adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de "software" é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do "software" de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de "softwares" desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os "softwares" desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por "impairment".

Despesas subsequentes com "softwares" são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do "software", a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de "software" é de 5 anos.

ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o valor justo ou o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

h. "Impairment" de ativos financeiros

A eventual perda por "impairment" dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

Os componentes que constituem o saldo total de provisões para "impairment" foram avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

i. "Impairment" de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de "impairment". Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por "impairment" é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por "impairment" reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por "impairment" é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por "impairment" é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por "impairment" tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.



Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (venda com compromisso de recompra), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas a instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

i. Ações judiciais

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

l. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este, quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificados em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.

m. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IFRS 9. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros (“*impairment*”).

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

n. Taxas e comissões

O método utilizado pelo Grupo para reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de Receita Líquida de juros.

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas Receitas e despesas de serviços e comissões quando este for concluído.

o. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de “*hedge*” qualificados e designados em uma relação de “*hedge*” de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

p. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração Consolidada do Resultado.



q. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros, ou em Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com a classificação do instrumento de capital.

r. Despesas com arrendamento mercantil operacional

O ativo não é reconhecido no balanço do arrendatário. Os pagamentos do arrendamento feitos como arrendamentos operacionais são levados ao resultado do arrendatário numa base linear durante o prazo do arrendamento.

s. Imposto corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários.

Para o exercício de 2022, a Medida Provisória nº 1.115 de 2022, convertida na Lei nº 14.446 de 2022, majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 21% (de agosto a dezembro de 2022) e retornou para 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente que são levados ao patrimônio líquido.

4. Ativos e passivos financeiros

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4.754.903	4.753.943	4.840.109	4.839.365
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Instrumento de dívida	1.415.498	1.444.958	4.983.040	4.933.628
Operações de crédito a instituições financeiras	313.641	313.528	1.677.848	1.697.018
Operações de crédito a clientes	8.113.975	8.399.572	8.584.493	8.567.093
Outros ativos financeiros	492.656	492.654	464.389	464.389
Total	15.090.673	15.404.655	20.549.879	20.501.493
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Depósitos de instituições financeiras	1.532.296	1.531.961	1.416.502	1.416.269
Depósitos de clientes	11.915.012	11.913.711	11.443.754	11.445.312
Títulos de dívida emitidos	753.354	753.286	2.222.606	2.222.187
Obrigações por empréstimos e repasses	2.268.485	2.279.501	2.459.467	2.462.515
Dividendos	2.941	2.941	13.200	13.200
Total	16.472.088	16.481.400	17.555.529	17.559.483

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.



5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações no mercado aberto	3.480.755	4.450.734
Aplicações em moedas estrangeiras	910.944	-
Disponibilidades	362.844	302.718
Correspondentes no país	360	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	86.653
Numerários em espécie	-	4
Total	4.754.903	4.840.109

6. Instrumentos de dívida e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e ao custo amortizado

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira dos respectivos títulos contratados:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros				
Títulos públicos	11.534.121	1.307.613	5.659.079	4.983.040
Operações de câmbio	2.972.062	-	107.179	-
Cotas de fundo de investimento	42.134	-	42.989	-
Certificado de depósito bancário	-	107.885	-	-
Total	14.548.317	1.415.498	5.809.247	4.983.040
Passivos financeiros				
Operações de câmbio	3.024.811	-	31.988	-
Títulos públicos	6.395.246	-	4.773.916	-
Total	9.420.057	-	4.805.904	-
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:				
Dívida Subordinada - Res. 4.192/13	933.817	-	966.708	-
Empréstimo Perpétuo	1.050.407	-	1.082.280	-
Total	1.984.224	-	2.048.988	-
Total Geral	11.404.281	-	6.854.892	-

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos no valor de R\$1.414.434 (em 2022 R\$1.776.933).

As dívidas subordinadas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.192/13 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$409.629 e R\$524.188 (R\$480.708 e R\$486.000 em 12.2022), já acrescidos dos juros de 4,10% a.a. e 3,37% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2023, com vencimentos em janeiro de 2031 e 2032, respectivamente.

As dívidas subordinadas perpétuas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.955/21 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões e US\$96 milhões equivalentes a R\$541.644 e R\$508.763 (R\$574.937 e R\$507.343 em 12.2022), já acrescido dos juros de 4,56% a.a. e 8,67% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2023. A dívida de US\$96 milhões foi emitida em 06 de dezembro de 2022 e aprovada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em 17 de fevereiro de 2023, sendo considerada como Capital Complementar de Nível I a partir desta data.

7. Derivativos

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
Derivativos - Ativo:					
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	3.619	16.312	66.865	3.886	90.682
Operações a termo	154.490	369.468	338.432	182.856	1.045.246
Operações com "swap"	800.077	687.117	240.648	2.466.943	4.194.785
Total 2023	958.186	1.072.897	645.945	2.653.685	5.330.713
Total 2022	143.474	243.867	294.153	3.535.681	4.217.175
Derivativos - Passivo:					
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	2.650	23.011	109.107	68.591	203.359
Operações a termo	55.567	274.301	410.756	334.726	1.075.350
Operações com "swap"	94.857	266.899	263.872	851.798	1.477.426
Total 2023	153.074	564.211	783.735	1.255.115	2.756.135
Total 2022	225.487	537.153	394.750	1.812.305	2.969.695



A composição do valor nominal dos derivativos por contraparte está descrito conforme abaixo:

B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)

Valor Nominal por contraparte	SISTEMA CETIP				SISTEMA BM&FBovespa	Valor nominal	Valor nominal
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação	2023	2022
Operações com opções	2.653	4.038.810	227.505	203	579.090.500	583.359.671	5.011.443
Comprada	-	1.986.488	87.818	-	275.096.000	277.170.306	2.515.575
Vendida	2.653	2.052.322	139.687	203	303.994.500	306.189.365	2.495.868
Operações com "swap"	-	19.668.937	56.186.657	3.202.176	2.801.258	81.859.028	60.521.807
"Swap"	-	19.668.937	56.186.657	3.202.176	2.801.258	81.859.028	60.521.807
Operações com futuros	-	-	-	-	123.666.738	123.666.738	84.990.018
Comprada	-	-	-	-	93.261.082	93.261.082	22.365.573
Vendida	-	-	-	-	30.405.656	30.405.656	62.624.445
Operações a termo	-	32.177.108	1.082.179	-	-	33.259.287	26.655.976
Comprada	-	15.070.008	541.036	-	-	15.611.044	13.612.232
Vendida	-	17.107.100	541.143	-	-	17.648.243	13.043.744
Total						822.144.724	177.179.244

A composição do valor nominal dos derivativos por indexador está descrito conforme abaixo:

Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2023	Valor nominal 2022
Operações com opções	90.682	203.359	583.359.671	5.011.443
Compra de opção de:	90.682	-	277.170.306	2.515.575
Taxas	53.958	-	275.096.000	-
Compra de Dólar	26.836	-	1.808.878	2.334.463
Venda de Dólar	9.888	-	265.428	181.112
Venda de opção de:	-	203.359	306.189.365	2.495.868
Taxas	-	42.086	303.994.500	-
Compra de Dólar	-	4.279	467.577	217.686
Compra de Ações	-	81.677	165.954	281.982
Venda de Ações	-	284	178	-
Venda de Dólar	-	75.033	1.561.156	1.996.200
Operações com "swap"	4.194.785	1.477.426	81.859.028	60.521.807
Ações x DI	1.338	160.282	574.124	999.201
Ações x PRE	264.587	13.112	2.213.066	3.287.635
Cupom de Dólar x Ações	5.943	4.655	194.347	-
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	109.877	49.485	6.341.722	3.784.842
Cupom de Dólar x SOFR	20.542	-	338.817	-
Cupom de Dólar x Swap de Risco (CDS)	-	21	4.880	-
Cupom de Dólar x Mercadorias (Commodities)	37.293	14.642	703.924	-
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	-	2.827	109.154	109.154
Cupom de Dólar x Cupom de IENE	85.396	-	995.891	-
Cupom de Dólar x DI	-	377.711	2.021.328	1.961.976
Cupom de Dólar x LIBOR	-	22.126	439.833	338.817
Cupom de Dólar x PRE	-	298.510	1.133.110	1.133.110
Cupom de Euro x DI	553	-	750.000	-
DI x Ações	6.202	-	17.730	90.799
DI x Cupom de Dólar	1.172.362	52.597	8.340.458	8.778.355
DI x Cupom de Euro	287.391	1.877	4.668.151	2.793.829
DI x Índice de Preço	-	74.027	204.024	220.024
Índice de Preço x Mercadorias (Commodities)	-	-	-	130.903
DI x PRE	1.388.564	25.881	20.901.160	22.584.613
Índice de Preço x DI	1.612	-	11.861	16.161
Índice de Preço x Índice de Preço	-	-	-	4.823.654
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	4.444	6.591	1.330.204	-
DI x Cupom de IENE	132.620	-	619.744	-



Composição por indexador	Valor a receber	Valor a pagar	Valor nominal 2023	Valor nominal 2022
Índice de Preço x Taxa de Juros	-	-	-	338.817
PRE x Ações	4.956	264.042	2.187.157	3.261.840
PRE x Cupom de Dólar	568.595	-	2.741.805	2.289.350
PRE x Cupom de Euro	-	71	418.962	-
PRE x DI	22.077	47.571	22.290.126	2.297.129
Mercadorias (Commodities) x Índice de Preço	-	-	-	676.778
DI x LIBOR	70.810	-	858.070	604.820
Cupom de Dólar x Índice de Preço	-	7.551	450.000	-
Mercadorias (Commodities) x Cupom de Dólar	2.072	53.847	549.380	-
Índice de Preço x Cupom de Dólar	7.551	-	450.000	-
Operações com futuros	-	-	123.666.738	84.990.018
Operações com futuros - Comprada	-	-	93.261.082	22.365.573
Cupom cambial - DDI	-	-	45.420.100	4.518.443
DI	-	-	39.896.645	15.174.816
Taxas	-	-	469.573	-
Moedas	-	-	7.474.764	2.672.314
Operações com futuros - Vendida	-	-	30.405.656	62.624.445
Cupom cambial - DDI	-	-	2.364.794	17.189.946
DI	-	-	26.668.531	39.838.913
Taxas	-	-	214.846	210.221
Moedas	-	-	1.157.485	5.385.365
Operações a termo	1.045.246	1.075.350	33.259.287	26.655.976
Operações a termo - Comprada	67.207	999.777	15.611.044	13.612.232
Moeda	12.700	997.790	15.081.183	12.938.341
Mercadorias (Commodities)	54.507	1.987	529.861	673.891
Operações a termo - Vendida	978.039	75.573	17.648.243	13.043.744
Moeda	956.133	33.797	16.743.477	12.920.395
Mercadorias (Commodities)	21.906	41.776	904.766	123.349

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.

8. Ativos e passivos de derivativos mantidos para gerenciamento de risco

O Grupo utiliza contratos futuros para "hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros préfixadas destas operações.

Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge":

"Hedge" de Risco de mercado

Instrumento			Objeto de "Hedge"				2022	
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Valor de mercado
DI Futuro	02/01/2025	296.879	Títulos - NTN	pré-fixadas	292.581	297.009	549	102.425
DDI Futuro	04/01/2027	4.805.426	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.088.620	995.150	(25.820)	1.070.195
DI Futuro	-	-	CDI	pré-fixadas	-	-	(97.298)	5.310.549
DI Futuro	02/10/2028	506.697	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	503.802	505.858	(5.445)	829.098
DI Futuro	02/01/2025	277.337	Títulos - LTN	pré-fixadas	273.083	277.036	376	796.609
DI Futuro	02/01/2029	3.924.525	Empréstimo - capital de giro e consignado	pré-fixadas	3.812.703	3.926.677	113.793	108.445
DI Futuro	02/01/2025	445.386	Certificados de depósitos bancários	pré-fixadas	442.427	445.581	(1.957)	378.078
DI Futuro	01/04/2024	42.839	Letras financeiras	pré-fixadas	42.685	42.857	33	37.748
DI Futuro	-	-	Obrig. Empréstimos Ext. - Vinculado a 4131	pré-fixadas	-	-	240	850.159
DDI Futuro	02/01/2029	5.628.612	Títulos Perpétuo	Dólar	1.232.048	1.165.565	(19.436)	631.838
DDI Futuro	-	-	Titulos Perpétuo - Aprovada pelo BACEN em 17.02.2023	Dólar	-	-	-	597.844

Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2023 e 2022.



9. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes está apresentado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.209.272	1.760.302
Notas do Tesouro Nacional - NTN	715.304	1.231.263
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	758
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	49.222	44.070
Total	3.973.798	3.036.393

10. Operações de crédito a instituições financeiras

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Aplicações em moedas estrangeiras	5.089	92.812
Depósitos interfinanceiros	-	5.129.158
Total	5.089	5.221.970
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	313.641	652.109
Aplicações no mercado aberto	-	1.025.739
Total	313.641	1.677.848

11. Operações de crédito a clientes

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Operações de câmbio	2.652.928	1.682.189
Operações de crédito	3.555.566	4.278.324
Aplicações no mercado aberto	2.507.983	2.844.117
Provisão de "Impairment" Operações de crédito	(598.569)	(213.527)
Provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(3.933)	(6.610)
Total	8.113.975	8.584.493
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Operações de crédito	3.864.954	105.843
Total	3.864.954	105.843

a. Operações de crédito

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Consignado	3.826.618	-
Capital de giro	1.459.503	1.537.975
Títulos de créditos a receber	854.955	1.639.068
Financiamento à exportação	435.362	503.321
Cartão	436.467	-
Empréstimo - Res. 2921	201.358	366.057
Crédito rural	120.246	223.502
Crédito rotativo	79.757	100.963
Microcrédito	6.200	8.024
Outros empréstimos	54	5.257
Total	7.420.520	4.384.167

b. Operações de câmbio

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento sobre contrato de câmbio	2.540.909	1.618.960
Rendas a receber de adiantamento concedido	112.019	63.229
Total	2.652.928	1.682.189



c. Aplicações no mercado aberto

Os detalhes, por mercado aberto, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Nota Promissória	1.267.062	1.188.938
Debêntures	1.210.614	1.655.179
Cédula do Produtor Rural (CPR)	30.307	-
Total	2.507.983	2.844.117

As operações de crédito a clientes têm usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

A avaliação de perdas em créditos é realizada conforme nota explicativa 35b.

As variações da rubrica Provisão de "Impairment" foram as seguintes:

Saldo inicial em 31/12/2021	(280.721)
Reversão de provisão de "Impairment" Operação de crédito	65.259
Complemento de provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(4.675)
Saldo em 31/12/2022	(220.137)
Incorporação Banco Cetelem	(631.767)
Reversão de provisão de "Impairment" Operação de crédito	(69.637)
Valores baixados para prejuízo	316.362
Complemento de provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	2.677
Saldo final em 31/12/2023	(602.502)

12. Ativos e passivos tributários correntes e diferidos

Ativos por impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
<u>Imposto de renda</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.478	228.834	(128.916)	150.396
Ajuste a mercado de derivativos	43.750	-	(16.772)	26.978
Ajuste a mercado MTM	53.415	5.090	(48.390)	10.115
Provisão para riscos fiscais	86.762	87.940	(72.493)	102.209
Provisão para ações judiciais	29.136	65.215	(6.298)	88.053
Prejuízo Fiscal	834	102.258	-	103.092
Provisão para outros passivos	115.130	148.666	(89.948)	173.848
Leasing IFRS16	3.001	857	(5)	3.853
	382.506	638.860	(362.822)	658.544
<u>Contribuição social</u>				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.380	183.068	(103.133)	120.315
Ajuste a mercado de derivativos	34.841	-	(13.417)	21.424
Ajuste a mercado MTM	42.732	4.071	(38.712)	8.091
Provisão para riscos fiscais	69.410	70.353	(57.995)	81.768
Provisão para ações judiciais	23.309	52.172	(5.038)	70.443
Base negativa de CSLL	-	81.806	-	81.806
Provisão para outros passivos	90.861	118.909	(71.959)	137.811
Leasing IFRS16	2.401	685	(4)	3.082
	303.934	511.064	(290.258)	524.740
Total 2023	686.440	1.149.924	(653.080)	1.183.284
Total 2022	615.403	122.380	(51.343)	686.440



No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os impostos e contribuições a compensar apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
IRPJ e IRRF a compensar	8.593	26.502	(7.094)	28.001
CSLL e CSRF a compensar	11.470	8.053	(11.470)	8.053
Total 2023	20.063	34.555	(18.564)	36.054
Total 2022	11.614	18.737	(10.288)	20.063

Passivo de impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo final</u>
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>				
Diferenças temporárias:				
Ajuste Curva BM&F	(169.470)	(123.303)	-	(292.773)
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(7.081)	-	(7.081)
Total 2023	(169.470)	(130.384)	-	(299.854)
Total 2022	(152.320)	(169.470)	152.320	(169.470)

Passivos tributários correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os passivos tributários correntes, líquidos de antecipações e retenções de fonte, estavam assim distribuídos:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão de imposto de renda a pagar	1.453	44.315
Provisão de contribuição social a pagar	526	39.193
Total	1.979	83.508

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 é:

<u>Exercício social</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>de 2029 até 2033</u>	<u>Total</u>
Créditos tributários	559.320	203.804	96.218	105.484	76.146	142.312	1.183.284
Saldo em 2022							686.440

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2023, é estimado em R\$853.575 (em 2022 R\$499.856), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

13. Ativos imobilizados

Os ativos imobilizados do Grupo dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.

As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição - Imobilizado</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros bens</u>	<u>Imobilizado de arrendamento</u>	<u>Total 2023</u>	<u>Total 2022</u>
Saldo no início do exercício	-	20.185	16.010	56.371	92.566	97.737
Incorporação Banco Cetelem	21	8.125	2.306	3.390	13.842	-
Aquisições	159	953	1.125	328	2.565	16.750
Depreciações	(19)	(8.234)	(2.128)	(13.538)	(23.919)	(21.700)
Alienações	(29)	(107)	(351)	-	(487)	(221)
Saldo no final do exercício	132	20.922	16.962	46.551	84.567	92.566

14. Ativos intangíveis

As variações da rubrica Ativos intangíveis foram as seguintes:

<u>Custo de aquisição - "Software"</u>	<u>Total 2023</u>	<u>Total 2022</u>
Saldo no início do exercício	12.982	12.246
Incorporação Banco Cetelem	15.099	-
Aquisições	6.185	3.133
Amortizações	(7.733)	(2.255)
Alienações	(887)	(142)
Saldo no final do exercício	25.646	12.982



15. Outros ativos financeiros

A composição do saldo da rubrica Outros ativos financeiros é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Devedores diversos - exterior	134.369	225.782
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	117.527	3.698
Negociação e intermediação de valores	103.722	166.041
Prêmio ou desconto em op. de venda ou transf. de ativo financeiro	72.498	-
Outros recebíveis	39.792	43.989
Serviços prestados a receber	31.121	31.243
Devedores diversos - país	1.272	1.227
Correspondente no país	57	-
Perdas com outros ativos	(7.702)	(7.591)
Total	492.656	464.389
Outros ativos financeiros até 1 ano	470.513	441.944
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	22.143	22.445
Total	492.656	464.389

16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica Outros ativos ao custo amortizado é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Devedores por depósitos em garantia	868.371	693.403
Outros créditos a compensar/recuperar	90.094	7.795
Devedores diversos - país	71.405	9.863
Despesas antecipadas de outros ativos	6.967	5.244
Adiantamentos diversos	3.008	1.037
Perdas com outros ativos	(79)	(202)
Total	1.039.766	717.140
Outros ativos até 1 ano	77.636	18.897
Outros ativos acima de 1 ano	962.130	698.243
Total	1.039.766	717.140

17. Garantias Prestadas

A exposição máxima se as garantias financeiras forem exigidas, são assim compostas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fiança Bancária	5.069.902	4.465.463
"Performance bond"	3.459.852	4.025.216
Fiança de processos em juízo	2.812.196	2.406.221
Adiantamento de contrato	413.715	375.984
"Bid bond"	617.748	365.867
Pagamento de aluguel	91.275	124.496
"Advance payment bond"	68.806	17.793
Total	12.533.494	11.781.040

Essas garantias estão contabilizadas em "off-balance". Foram registradas provisões para PE por não recuperação de garantias prestadas de R\$5.538 (em 2022 R\$7.647), conforme nota explicativa 22 (ii).



18. Depósitos de instituições financeiras

A composição do saldo da rubrica Depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	1.531.971	1.355.058
Outros depósitos de instituições financeiras	325	389
Captações no mercado aberto	-	61.055
Total	1.532.296	1.416.502
Depósitos de instituições financeiras até 1 ano	1.532.296	1.416.502
Total	1.532.296	1.416.502

19. Depósitos de clientes

A composição do saldo da rubrica Depósitos de clientes é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	7.807.526	6.660.286
Captações no mercado aberto	2.823.150	3.497.458
Depósitos à vista	1.183.413	1.142.847
Ordens de pagamento a cumprir	100.923	143.163
Total	11.915.012	11.443.754
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Depósitos a prazo	493.133	379.020
Total	493.133	379.020
Depósitos de clientes até 1 ano	11.612.690	10.984.905
Depósitos de clientes de 1 a 5 anos	671.666	777.023
Depósitos de clientes acima de 5 anos	123.789	60.846
Total	12.408.145	11.822.774

20. Títulos de dívida emitidos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>
	<u>Vencíveis até</u>	<u>Encargos</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Letras financeiras	18.07.2025	13,50% a.a. 100,00% a 128,00% a.a. CDI	753.167	2.214.538
Captações por certificado de operações estruturadas	27.12.2028	0,00% a 27,00% a.a.	187	-
Letras de crédito do agronegócio	-	-	-	8.068
Total			753.354	2.222.606
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Captações por certificado de operações estruturadas			509.554	837.436
Letras financeiras			43.121	37.769
Total			552.675	875.205
Títulos de dívida emitidos até 1 ano			995.243	2.086.688
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos			309.397	1.011.123
Títulos de dívida emitidos acima de 5 anos			1.389	-
Total			1.306.029	3.097.811



21. Obrigações por empréstimos e repasses

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses é o seguinte:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022
	Vencíveis até	Encargos	Total	Total
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Repasses - FUNCAFE	24.09.2025	4,00% a 8,00% a.a.	103.854	129.997
Repasso no exterior	15.10.2026	12,22% a 13,63% a.a.	2.164.631	2.329.470
Total			2.268.485	2.459.467
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	8,20% a.a.	302.771	1.246.052
Repasses no Exterior	08.11.2024	0,82% a 8,86% a.a.	30.929	13.851
Obrigações em moeda estrangeira	30.06.2025	2,97% a 5,98% a.a.	6.963.015	5.664.242
Total			7.296.715	6.924.145
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano			7.785.783	6.772.532
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos			1.741.745	2.611.080
Obrigações por empréstimos e repasses acima de 5 anos			37.672	-
Total			9.565.200	9.383.612

22. Provisões

i. Provisão para processos judiciais e administrativos e outras provisões

A posição das provisões constituídas segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	Demandas fiscais	Demandas trabalhistas	Demandas cíveis	Total
Saldo final 31/12/2021	496.995	88.884	14.288	600.167
Constituição	-	9.958	-	9.958
Baixas/Reversão por pagamento	-	(4.138)	-	(4.138)
Atualizações monetárias	32.219	4.933	2.621	39.773
Saldo final 31/12/2022	529.214	99.637	16.909	645.760
Incorporação Cetelem	26.460	36.981	176.952	240.393
Constituição	215	1.190	34.235	35.640
Baixas/Reversão por pagamento	-	(13.754)	(11.437)	(25.191)
Atualizações monetárias	34.750	11.459	44	46.253
Saldo final 31/12/2023	590.639	135.513	216.703	942.855

As provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado que o risco de perda é provável e seus montantes podem ser mensurados com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis ou remotas não são reconhecidas contabilmente e estão representadas por processo de natureza cível, trabalhista e fiscal. Em 31 de dezembro de 2023, os riscos considerados como de perda possível montam em R\$1.745.122 (em 2022 R\$236.615). Em 2023 e 2022 não houve contingências possíveis de natureza cível.

As demandas fiscais referem-se principalmente a processos judiciais onde está sendo contestada a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para riscos fiscais era composta principalmente: (i) provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$435.531 e R\$70.620, respectivamente (em 2022 R\$410.002 e R\$41.452, respectivamente), em que o Grupo discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98 e; (ii) de provisão de R\$84.273 (em 2022 R\$77.761) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito e; (iii) provisão de INSS no valor de R\$215 referente a parcela considerada como perda provável do auto de infração lavrado em 2012, para cobrança da Contribuição Previdenciária Empresa incidente sobre os valores pagos aos contribuintes individuais referente ao exercício de 2009.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Grupo são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro. Em virtude desse fato, observamos que é difícil fazer estimativas precisas com relação ao ano específico em que a ação judicial será concluída, principalmente nas etapas iniciais de um caso. Por essa razão, o Grupo não inclui estimativas referentes à futura data do acordo para a maioria das provisões significativas resultantes de ações judiciais.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor da Instituição no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2023 ou em exercícios anteriores.



ii. Provisão para perdas esperadas

As variações nas provisões para perdas esperadas no período de 2023 foram as seguintes:

Saldo final 31/12/2021	1.450
Constituição	6.197
Saldo final 31/12/2022	7.647
Reversão	(2.109)
Saldo final 31/12/2023	5.538

23. Outros passivos

A composição do saldo da rubrica Outros passivos ao custo amortizado é o seguinte:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de despesas administrativas	370.212	68.672
Provisão para despesas de pessoal	246.862	215.498
Outros impostos e contribuições a recolher	147.030	125.540
Arrendamento Passivo - IFRS 16	61.960	68.375
Transação de pagamento	57.747	-
Ajustes de Contrato Futuro	7.534	44.845
Diversos	54.551	31.351
Total	945.896	554.281
Outros ativos até 1 ano	827.493	413.408
Outros ativos acima de 1 ano	118.403	140.873
Total	945.896	554.281

24. Patrimônio líquido

• Capital

O capital social do Banco BNP Paribas Brasil S.A. está representado em 31 de dezembro de 2023 por 309.563 (236.432 em 2022) ações ordinárias sem valores nominais, totalmente integralizadas. O aumento das ações se refere a incorporação do Banco Cetelem S.A. ocorrida em 1º de agosto de 2023 conforme Ofício nº 18.770/2023 - BCB/DEORF.

Após a incorporação do Banco Cetelem S.A., a composição acionária do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023 teve a seguinte distribuição: BNP Paribas S.A. detentora de 76,38% e Cetelem América Ltda. com 23,62%, respectivamente. Sendo BNP Paribas S.A. acionista majoritária da Cetelem América Ltda., permanece como acionista principal do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

• Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de até 30% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 teve a seguinte destinação: R\$2.941 (R\$13.200 em 2022) a título de Reserva Legal, e R\$52.948 (R\$237.595 em 2022) a título de Reserva Estatutária, e R\$2.941 (R\$13.200 em 2022) a título de Dividendos.

• Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. Em 2023 foi destinado R\$135.764 (em 2022 não houve) a título de dividendos da reserva estatutária. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal, e não poderá exceder a 20% do capital integralizado do Banco.

25. Receitas e Despesas de juros e similares

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Receitas de juros e similares		
Operações de crédito a clientes	1.380.694	1.109.201
Operações de crédito a instituições financeiras	1.215.244	1.189.654
Instrumentos de dívida	870.347	745.219
Total	3.466.285	3.044.074
Despesas de juros e similares		
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	(1.514.754)	(1.257.403)
Obrigações por empréstimos e repasses	(733.292)	(532.651)
Títulos de dívida emitidos	(252.091)	(375.130)
Passivos financeiro	(118.343)	(75.282)
Outros	(10.976)	(10.764)
Total	(2.629.456)	(2.251.230)
Total Geral	836.829	792.844

A rubrica "Outros" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.



A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	2023	2022
Depósito a prazo	959.427	857.291
Operações compromissadas	380.372	300.060
Depósito interfinanceiro	174.955	100.052
Total	1.514.754	1.257.403

26. Resultado líquido de serviços e comissões

	2023	2022
Receitas de serviços e comissões		
Prestação de serviços	253.593	295.952
Taxa de administração	116.865	124.561
Comissões sobre fianças prestadas	86.130	81.002
Outras comissões recebidas	97.120	95.517
Total	553.708	597.032
Despesas de serviços e comissões		
Comissões sobre adiantamentos a fornecedores	(50.737)	(30.117)
Serviços prestados	(72.683)	(12.760)
Comissões sobre fianças pagas	(6.363)	(6.245)
Outras comissões pagas	(25.422)	(3.942)
Total	(155.205)	(53.064)
Resultado líquido de serviços e comissões	398.503	543.968

27. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	2023	2022
Resultado de instrumentos financeiros		
Derivativos	(425.484)	359.730
Renda fixa	99.760	(38.095)
Operações cambiais	(143.794)	(638.102)
Outros	10.418	9.722
Total	(459.100)	(306.745)
Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		
Renda fixa	113.204	142.998
Dívida Subordinada	(88.647)	18.902
Operação de crédito	113.957	17
Outros	27.491	4.436
Total	166.005	166.353
Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos		
Taxa de juros e câmbio	(89.038)	(128.547)
Total	(89.038)	(128.547)
Total Geral	(382.133)	(268.939)



28. Resultado de variação cambial

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado de Variação cambial		
Receita com variações cambiais	614.718	1.022.441
Despesa com variações cambiais	(92.484)	(915.907)
Total	522.234	106.534

29. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos públicos	(86.444)	(68.943)
Títulos privados	2.526	10.743
Dividendos/remuneração de ações	22	-
Total	(83.896)	(58.200)

Durante o ano foram transferidas do patrimônio líquido para o resultado o valor de R\$146.584 como ganho (em 2022 R\$49.749 como perda) de alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

30. Outras receitas operacionais

Essa rubrica está assim demonstrada:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras receitas operacionais		
Provisões para ações judiciais	65.252	48.049
Reversão de provisão de fianças prestadas	2.109	-
Reversão de outras provisões de perdas esperadas	123	-
Recuperação de encargos e despesas	25.127	2.955
Reversão de outras provisões	62.252	10.737
Outras	20.311	1.802
Total	175.174	63.543

31. Despesas de pessoal

A composição da rubrica Despesas de pessoal está demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de pessoal		
Salários, participação nos lucros e bônus	451.949	412.824
Encargos sociais	133.473	136.570
Outros benefícios dos funcionários	60.622	51.821
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	10.005	9.832
Treinamento	2.125	2.213
Total	658.174	613.260

32. Depreciação e amortização

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesa de depreciação e amortização		
Outros bens	2.128	2.618
Equipamentos de processamento de dados	8.234	6.211
Imobilizado de arrendamento - IFRS 16	13.538	12.871
Amortização de ativos intangíveis	7.733	2.255
Veículos	19	-
Total	31.652	23.955



33. Outras despesas operacionais

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outras despesas operacionais		
Provisões/atualizações sobre contingências e riscos	129.305	48.729
Serviços de terceiros	127.571	28.889
Processamento de dados	119.611	67.211
Serviços técnicos especializados	80.817	26.052
Despesas tributárias	75.218	73.003
Serviços do sistema financeiro	39.895	30.546
Comunicação	10.019	2.986
Publicação e propaganda e publicidade	9.211	2.801
Promoções e relações públicas	8.611	3.676
Viagens	7.074	7.713
Despesas de arrendamentos operacionais	5.315	6.828
Transportes	584	590
Provisão de fianças prestadas	-	6.197
Outras provisões de perdas esperadas	-	196
Outras	83.499	20.638
Total	696.730	326.055

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, refere-se principalmente a PIS e COFINS.

O saldo da rubrica Despesas de arrendamentos operacionais está resumido no quadro a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas de arrendamentos operacionais		
Aluguel de imóvel	4.601	5.928
Aluguel de carro	420	322
Aluguel outros	294	578
Total	5.315	6.828

Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	18.664	74.656	55.992
Aluguel de carro	546	1.091	-
Aluguel outros	294	1.176	1.470
Total 2023	19.504	76.923	57.462
Total 2022	19.887	78.258	58.882

O Grupo aluga diversos imóveis para o uso em suas operações, segundo contrato de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de locação. Nenhum contrato de locação impõe restrições relacionadas a dividendos, contratação de dívidas e arrendamentos adicionais.

34. Despesa de imposto sobre a renda

a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social foram assim apuradas:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital próprio	13.195	277.064
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	13.195	277.064
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (3s)	(5.938)	(127.449)
<u>Ajustes decorrentes da legislação fiscal:</u>		
Exclusões (adições) permanentes		
Juros sobre títulos soberanos externos e dividendos	30.302	72.721
Despesas indedutíveis, doações e incentivos, e alteração de alíquota CSLL	26.398	35.911
Diferença da alíquota distintas regimes de tributação (lucro presumido)	(5.220)	(4.454)
Total	45.542	(23.271)
Abertura:		
Impostos correntes	(5.907)	(76.770)
Impostos diferidos	51.449	53.499
Taxa tributária efetiva	-345%	8%

Página 36



b. Impostos diferidos reconhecidos no resultado abrangente

Descrição	2023	2022
Créditos tributários reconhecidos no resultado		
Diferenças temporárias	143.060	33.181
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos	(91.611)	20.318
Total IR/CSLL diferido reconhecido no resultado	51.449	53.499
Créditos tributários reconhecidos no patrimônio		
Ajuste ao valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(108.936)	(1.809)
Total IR/CSLL diferido reconhecido no patrimônio	(108.936)	(1.809)

35. Gerenciamento de riscos**a. Introdução**

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

Para os propósitos da gestão integrada de riscos do Grupo BNPP são considerados como riscos relevantes os riscos listados na normativa vigente e, adicionalmente, os riscos materiais identificados durante o processo de identificação de riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de juros na carteira bancária
- Risco socioambiental

Risk GSA (Governance & Strategic Analysis) é o time responsável pela gestão transversal de riscos. Atua como área facilitadora e exerce a função de secretariado do RiskCo (Comitê de Riscos Integrados do Conglomerado Prudencial), comitê para o qual também consolida, avalia e sugere itens relevantes para análise e discussão.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Markets and Financial Institutions ("RISK MFI") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. RISK MFI segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate.

Exposição consolidada ao risco de crédito:

	2023	2022
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Instrumentos de dívida	14.548.317	5.809.247
Derivativos	5.330.713	4.217.175
Operações de crédito a instituições financeiras	5.089	5.221.970
Operações de crédito a clientes	3.864.954	105.843
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida	1.415.498	4.983.040
Operações de crédito a instituições financeiras	313.641	1.677.848
Operações de crédito a clientes	8.716.477	8.804.630
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Instrumentos de dívida	3.973.798	3.036.393
Garantias prestadas ("off balance")	12.533.494	11.781.040
Exposição bruta	50.701.981	45.637.186
Provisão "impairment" - Garantias prestadas e Operações de crédito	(608.040)	(227.784)
Exposição líquida	50.093.941	45.409.402



Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	2023	2022
Governo	17.217.066	14.495.665
Indústria	2.889.783	3.153.862
Comércio	425.898	686.562
Instituição financeira	6.045.074	9.320.419
Outros serviços	19.648.864	17.861.055
Pessoa física	4.475.296	119.623
Exposição bruta	50.701.981	45.637.186
Provisão "impairment" - Estágio 01	(83.499)	(12.240)
Provisão "impairment" - Estágio 02	(29.393)	(25.218)
Provisão "impairment" - Estágio 03	(495.148)	(190.326)
Exposição líquida	50.093.941	45.409.402

Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio e Outros empréstimos		
Até 60 dias	820	-
Acima de 60 dias	169.991	64.929
Garantias prestadas ("Off balance")		
Até 60 dias	35.167	25.532
Acima de 60 dias	15.869	1.815
Total de operações vencidas	221.847	92.276

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve recuperação de crédito baixado como prejuízo no valor de R\$9.333, em 2022 não houve recuperação de créditos baixados como prejuízo e nem valores baixados para prejuízo. Em 2023 existiam contratos renegociados no valor de R\$1.283.627 (R\$1.554.999 em 2022).

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.

Prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

PASSIVO	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2023	Total 2022
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado							
Passivos financeiro	6.721.426	466.226	909.958	890.080	2.416.591	11.404.281	6.854.892
Derivativos	153.072	308.308	1.032.364	1.238.395	23.996	2.756.135	2.969.695
Obrigações por empréstimos e repasses	4.008.390	574.077	1.949.839	764.409	-	7.296.715	6.924.145
Títulos de dívida emitidos	2.893	29.275	286.393	234.646	1.389	554.596	875.301
Depósitos de clientes	-	-	118.636	371.343	-	489.979	405.673
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Depósitos de instituições financeiras	9.304	300.438	1.222.554	-	-	1.532.296	1.416.502
Depósitos de clientes	3.939.211	1.169.773	6.400.002	336.811	123.789	11.969.586	11.444.253
Títulos de dívida emitidos	97.176	316.560	264.867	74.574	177	753.354	2.228.542
Obrigações por empréstimos e repasses	6.555	-	1.246.922	977.336	37.672	2.268.485	2.459.466
Total	14.938.027	3.164.657	13.431.535	4.887.594	2.603.614	39.025.427	35.578.469

Deste montante, R\$11.056.794 (em 2022 R\$10.009.000) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.



d. Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.

Segue abaixo os valores de exposição (RWA) segregado por risco de mercado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fator de risco		
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	1.618.757	835.690
Risco relacionados a variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	2.663.354	2.323.803
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	344.449	205.523
Risco relacionados a "commodities"	13.861	8.307
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	4.067	4.501
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	460.513	231.070
Ajuste para derivativos decorrente de variação de qualidade creditícia da contraparte (CVA)	1.504.076	-
Total	6.609.077	3.608.894

e. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNPP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORM e reportados em ICC, acompanhados nos fóruns de risco operacional por linhas de negócio e no fórum transversal de risco operacional (Primeira linha de defesa), também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement).

f. Risco de Juros na Carteira Bancária

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) é o risco de que os resultados futuros possam ser impactados adversamente pelo nível das taxas de referência.

O Conglomerado BNP Paribas Brasil mensura o IRRBB através de:

- Métricas internas de RAS (métricas Pilar II);
- Métricas padronizadas, conforme exigido na Circular 3.876 (métricas Pilar I).

g. Risco Socioambiental

Introdução

A primeira missão do Grupo BNP Paribas globalmente é ser um parceiro responsável e de longo prazo de seus clientes. Para esse fim, adota como princípios fundamentais a realização de uma gestão integrada de seus riscos e a observância à estrita ética nos negócios.

A Carta de Responsabilidade BNP Paribas, assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Presidente Executivo do Grupo BNP Paribas no mundo, é o documento institucional que formaliza os compromissos, simbolizados por quatro grandes pilares: a responsabilidade econômica, social, cívica e a ambiental. Eles se aplicam a todas as unidades de negócio do Grupo BNP Paribas ao redor do mundo.

Tendo a Carta de Responsabilidade como diretriz, cada unidade de negócio pode construir políticas específicas, atendendo às peculiaridades da legislação local.

A presente Política de Responsabilidade Socioambiental ("Política" ou "PRSA") reflete as diretrizes da Carta de Responsabilidade BNP Paribas, ajustadas às peculiaridades da legislação socioambiental brasileira. Esta Política se aplica aos negócios e atividades desenvolvidos neste país pelo BNP Paribas Brasil, que compreende o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e a BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.



h. Gerenciamento do capital

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado;
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado;
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado;
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital;
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos;
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz);
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevantes bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	2023	2022
Patrimônio de Referência		
Nível I	4.755.484	4.416.257
Capital Principal	3.716.536	3.854.052
Capital Complementar	1.038.948	562.205
Nível II	901.210	944.299
Total (Nível I + Nível II)	5.656.694	5.360.556
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	22.570.349	26.018.165
De Mercado	6.609.078	3.608.894
Operacional	3.733.617	4.542.838
Ativos ponderados pelo risco	32.913.044	34.169.897
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.633.044	2.733.592
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.023.651	2.626.963
Índice da Basileia (PR/RWA)	17,19%	15,69%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,29%	11,28%
Índice do Nível I (NI/RWA)	14,45%	12,92%

36. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota explicativa 3a) foram eliminadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	2023		2022	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Caixa e equivalentes de caixa e Operações de crédito				
a instituições financeiras	1.035.905	372.125	5.724.314	140.913
BNP Paribas - Paris	1.001.256	42.739	96.266	(197.723)
Grupo BNP Paribas	34.649	329.386	30.216	(252.169)
Grupo Cetelem	-	-	5.597.832	590.805
	2023		2022	



<u>Descrição</u>		<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>	<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>
Derivativos a Receber / (a pagar)		179.674	413.774	238.351	247.725
BNP Paribas - Paris	Controladora	67.806	6.050	301.270	554.643
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	111.868	407.724	(62.919)	(306.918)
Operações de crédito a clientes		303.744	22.281	262.022	12.973
Grupo Arval	Parte Relacionada	149.940	20.754	145.371	12.973
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	69.527	1.527	-	-
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	84.277	-	116.651	-
Depósitos de instituições financeiras / Clientes		(284.249)	(25.251)	(461.286)	(52.160)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(60.103)	-	(124.880)	-
Cetelem America Ltda	Controladora	(35.621)	430	-	-
Grupo Arval	Parte Relacionada	(17.893)	(8.563)	(2.900)	(2.595)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(147.160)	(16.167)	(272.088)	(36.016)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(2)	-	(10)	-
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(23.470)	(951)	(61.408)	(13.549)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar		(2.942)	-	(13.200)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(2.247)	-	(13.200)	-
Cetelem America Ltda	Controladora	(695)	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses		(9.461.113)	(816.258)	(8.310.892)	(85.249)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(9.430.184)	(852.577)	(7.675.291)	(61.201)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(30.929)	36.319	(635.601)	(24.048)
Ativos / Passivos financeiros designados ao valor justo					
através do resultado		(2.006.183)	77.143	(2.155.284)	(507.226)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(2.000.285)	69.279	(2.138.550)	(439.883)
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	56	-	162
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(5.898)	10.886	(16.734)	(67.919)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	(3.079)	-	271
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	1	-	143
Outros Ativos financeiros		293.826	91.486	233.339	254.741
BNP Paribas - Paris	Controladora	263.747	72.119	221.305	231.304
Grupo Arval	Parte Relacionada	1.531	896	532	557
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	19.282	13.352	8.833	19.491
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	7.652	4.539	2.669	1.808
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	1.614	580	-	1.581
Outros Passivos		(154.116)	-	(908)	(1.489)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(137.221)	-	(210)	660
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(16.895)	-	(698)	(2.149)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por um Diretor Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$29.965 (em 2022 R\$31.560), benefícios de longo prazo de R\$3.496 (em 2022 R\$3.208) e não existem benefícios pós empregos e remuneração em ações.

37. Eventos subsequentes

Em 1º de Fevereiro de 2024, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. solicitou a incorporação da Cetelem América Ltda. ao Banco Central do Brasil. A proposta de incorporação faz parte do processo de reestruturação societária, e tem por objetivo dentre outros benefícios, racionalizar a estrutura societária, centralizar e simplificar a administração de suas entidades. O impacto desta incorporação não é material e sem relevância para o Capital do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 | Torre Sul - 10º andar

São Paulo / SP | CEP: 04543-907

+55 11 3841-3100 | +55 11 2360-3100



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança